



<http://dx.doi.org/10.30681/23588403v13i016477>

**AS MULHERES HEREGES DE INGLÊS DE SOUSA: ANÁLISE DO CONTO A
FEITICEIRA**

Data de recebimento: 05/02/2019

Aceite: 16/06/2019

Leandra Francieli Silva dos SANTOS (UFU)¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo examinar o conto *A feiticeira*, presente no livro *Contos amazônicos*, de Inglês de Sousa, enfocando principalmente na questão da feiticeira e do inquisidor. Nossas análises estarão ancoradas nos estudos de Anita Novinsky, Jean Delumeau, Laura de Mello e Souza, Todorov e outros teóricos.

Palavras-chave: Feiticeira. Herege. Inquisição.

Abstract: This article has the objective of examine the tale *A feiticeira*, present in the book *Contos amazônicos* from Inglês de Sousa, focusing on the witch and the inquisitor. Our analysis will be anchored on the studies form Anita Novinsky, Jean Delumeau, Laura de Mello e Souza, Todorov and others theorists.

Key-words: Witch. Heretic. Inquisition.

Apesar de ter sido escrito durante o Naturalismo, *Contos amazônicos*, de Inglês de Sousa², possui um cunho regional que foge do caráter científico e se apoia nos mitos e credences populares. Essa obra desenvolve as lutas políticas e sociais, além da influência católica vividas no século XIX, na parte norte do Brasil, desfazendo a ideia de inferioridade da região e descrevendo sua imensa diversidade e costumes.

O livro, composto por nove contos, todos ambientados na região amazônica, e com temas relacionados ao medo, ao sagrado e ao imaginário popular, mostra o interessante fato de as histórias representarem causos trocados entre um grupo de pessoas. Causos estes que trazem personagens femininas com pouca ou nenhuma fala, que são doentes, loucas ou feiticeiras. Sobre isso, Sylvia P. Paixão diz:

¹ Graduanda em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Uberlândia, MG, Brasil. E-mail: lefrancieli_silva@hotmail.com. Bolsista da FAPEMIG.

² Herculano Marcos Inglês de Sousa nasceu no dia 28 de dezembro de 1853, em Óbidos, Pará. Escritor, político e bacharel em Direito, Inglês de Sousa exerceu o cargo de governador de Sergipe e do Espírito Santo, atuou como advogado e professor de Direito no Rio de Janeiro, trabalhou como deputado federal, banqueiro e jornalista, além de ser membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Seu último livro de ficção, *Contos amazônicos*, dedicado ao seu amigo Sílvio Romero, foi publicado em 1893, no Rio de Janeiro, mesma cidade aonde Inglês veio a falecer em 6 de setembro de 1918.



Podemos notar a preocupação do autor em construir a personagem feminina como consequência do meio em que vive. Em relação à mulher, o Naturalismo parece tê-la forçado mais do que nunca a adoecer, e o “excesso de imaginação”, considerado pernicioso a “frágeis temperamentos”, fatalmente a tornava vítima da histeria ou da loucura. (PAIXÃO apud SOUSA, 2005, p. XXI-XXII).

Nessa obra de Inglês de Sousa, cheia de superstições e do imaginário popular mágico, existem quatro contos que trabalham a figura vilipendiada da mulher. O primeiro é o *Voluntário*, no qual uma moça louca vaga cantando uma quadrilha popular pelas ruas de Santarém; já o segundo, *Acauã*, em que há uma jovem de cabelos de cobra, tez verde-negra e língua de serpente; no *Amor de Maria*, o terceiro conto, existe uma feiticeira que vive perto do Lago da Francesa e prepara poções para amor não correspondido; e, finalmente, *A feiticeira*, o qual enfocaremos neste trabalho, que narra a história da misteriosa e isolada bruxa Maria Mucoim.

Temida por todos que a conhecem, Maria Mucoim é uma personagem que remete às mulheres hereges julgadas como bruxas na Inquisição portuguesa dos séculos XVI a XVIII, período em que inúmeras pessoas foram sentenciadas por práticas mágicas e pactos demoníacos. O delegado Sousa, outro personagem protagonista desse conto, em contrapartida, através de suas atitudes seria a representação do Inquisidor que julga e condena à morte os supostos hereges.

O conto *A feiticeira* pode ser classificado no gênero do estranho. Dionne Freitas diz que em tal categoria “os elementos insólitos são restringidos a fatos do conhecimento popular, portanto requer vivência, experiência de algo que precede a sua manifestação, ou que provém e foi experimentado no passado, mas continua causando medo, terror e hesitação nos personagens” (2013, p. 37). Por outro lado, se partirmos dos estudos de Todorov, que conceitua o fantástico como obra não poética ou alegórica, caracterizada pela “hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, face a um acontecimento aparentemente sobrenatural” (1975, p.31); dependendo da interpretação, o conto pode muito bem ser considerado uma narrativa fantástica, ou um texto onde o *modo* literário fantástico é presente, como diria Ceserani.

Todorov também discorre sobre o estranho e o maravilhoso, distinguindo-os do fantástico:

Se ele [o leitor e/ou a personagem] decide que as leis da realidade permanecem intactas e permitem explicar os fenômenos descritos, dizemos que a obra se liga a um outro gênero: o estranho. Se, ao contrário, decide que



se devem admitir novas leis da natureza, pelas quais o fenômeno pode ser explicado, entramos no gênero maravilhoso. (TODOROV, 1975, p.48).

Ainda sobre o fantástico, Roas diz que ele “se caracteriza por propor um conflito entre (nossa ideia) do real e do impossível” (ROAS apud CAMARANI, 2014, p. 166-167), do que não pode ser explicado.

No entanto, mesmo podendo classificar o conto como fantástico, evidenciaremos, ao longo da narrativa, resquícios históricos do passado inquisitorial, que também alcançou o Brasil, entre o século XVI ao XVIII. Neste artigo observaremos como a Inquisição, a heresia e as feiticeiras são retratadas ora de forma simbólica ora de forma direta na obra de Inglês de Sousa.

Dona de uma aparência horripilante, Maria Mucoim é o estereótipo popular que se tem das bruxas. No entanto, é bom esclarecer que nem sempre foi assim, nos tempos pagãos, a feiticeira era possuidora de poder e sabedoria, mas também de beleza. É devido à influência do cristianismo que a imagem da mulher curandeira e parteira vai se tornando algo maligno e feio, ou – ainda que belo –, no mínimo, indecente. Depois da bula pontifícia escrita por Inocente VIII, em 1484, e da publicação do *Malleus Maleficarum* de Sprenger e Kramer, em 1489, a epidemia da caça às bruxas eclodiu. Em um período em que se acreditava que Satã estava por trás de todos os perigos e desgraças, os pregadores, teólogos e inquisidores, sexualmente frustrados, transformaram a libido reprimida em agressividade contra as mulheres, projetando nelas os desejos que não deveriam possuir e declarando-as perigosas e diabólicas. Mulheres como a Virgem Maria seriam exceções, uma espécie de anti-Eva, seres colocados acima ou, ao menos, fora do sexo feminino.

Conhecedoras de plantas e ervas, essas mulheres preparavam poções, unguentos ou faziam uso de outros meios que facilitavam as relações amorosas, o que, provavelmente, ajudou na sexualização dos crimes de feitiçaria e na construção do estereótipo de bruxas como sendo prostitutas ou semi-prostitutas.

Considerada um crime para a sociedade da época, a bruxaria era a pior das heresias, pois necessitava de um pacto explícito com o diabo, “que ultraja o Criador e que tem por meta profaná-lo ao extremo e atingir Suas criaturas” (KRAMER; SPRENGER, 2015, p. 84). Os pecados das bruxas também seriam mais graves que os demais, já que dariam origem a outros ainda mais sérios.

Nesse momento, o Antigo Testamento era intensamente consultado a fim de provar através de seus trechos a inferioridade da mulher, que era vista como impura e mutável. A sua



formação teria sido falha, dado que ela foi criada a partir de uma costela recurva de Adão, e a curvatura “é, por assim dizer, contrária à retidão do homem” (KRAMER; SPRENGER, 2015, p. 124).

Mas os argumentos que sustentavam sua inferioridade iam além: partindo da ciência aristotélica de que o quente vale mais que o frio e o seco mais que o úmido, o sexo feminino também era visto como inferior pela ótica da medicina. Sobre isso, Ambroise Paré diz: “a mulher tem sempre menos calor do que o homem [...]. As partes espermáticas desta são mais frias, e mais moles e menos secas que as do homem” (PARÉ apud DELUMEAU, 1923, p. 332). Jean Wier, médico do duque de Clèves, dizia que é justamente devido a essa sua compleição que o sexo feminino é inconstante diante do diabo.

No campo legal, as mulheres também eram desfavorecidas: seus testemunhos eram menos críveis do que os dos homens, podendo um testemunho masculino valer pelo de dois do sexo feminino; e os seus atos jurídicos deviam ser autorizados pelo cônjuge.

Jean Delumeau, em seu livro intitulado *História do medo no Ocidente*, afirma que ao lado dos judeus e dos muçulmanos, a mulher era tida como verdadeira agente de Satã, além de ser detentora de feições e paixões desordenadas, que desencadeavam nos principais suportes da feitiçaria: a inveja e a vingança. É com a ajuda da imprensa que a doutrina misógina – também o ódio ao judeu e o temor do fim do mundo – é amplamente difundida durante a Inquisição.

A ideia da histeria feminina também foi propagada nessa época. Por ser considerada inferior ao homem, mais suscetível ao diabo e possuidora de emoções mais afloradas, a mulher era, muitas vezes, vista como histérica, tendo suas opiniões desvalorizadas.

Essa ligação da histeria à mulher remonta a Grécia Antiga. Hipócrates acreditava que a histeria fosse uma doença de origem uterina que se desenvolvia pela dissecação do útero devido à falta de relações sexuais e seu deslocamento pelo corpo em busca de umidade, o que acarretaria diversos problemas.

É a partir da Idade Média que a histeria deixa de ser um assunto da medicina e passa a ser objeto de estudo da Teologia, tornando-se um sintoma característico das bruxas e feitiçarias enviadas para a fogueira a mando da Inquisição; voltando a ser estudada pela medicina apenas em meados do século XVIII, quando começou a ser entendida como uma doença psicológica que pode afetar tanto os homens como as mulheres.

A partir do século XIX a bruxaria passa a ser classificada pela psiquiatria como uma espécie de loucura contagiosa e coletiva:



Através de Jean-Martin Charcot (1852-1893), a participação mágica atinge um estatuto de “neuropatologia”. Freud escreve no obituário de seu mestre: “Charcot [...] baseou-se extensamente nos relatórios ainda existentes de processos de bruxaria e possessões demoníacas, para demonstrar que as manifestações da neurose (histeria) eram as mesmas, tanto naquela época como atualmente”. (NOGUEIRA, 1991, p. 71).

Apesar do fato de que crer em demônios e em bruxaria e perseguir milhares de pessoas por isso, torturando-as e matando-as, pareça algo grave o suficiente para questionar a sanidade dos perseguidores,

[...] do ponto de vista da psiquiatria, a opinião generalizada é a de que as bruxas eram loucas e a sociedade sã (que acreditava em uma demência?). As práticas repressivas, por conseguinte, devem ser entendidas, como uma tentativa, por métodos errôneos, de extirpar a doença mental do seio da coletividade. (NOGUEIRA, 1991, p. 75).

Tais tentativas foram postas em ação em dois momentos: na Inquisição medieval e na moderna. Para fazermos uma rápida apresentação da primeira fase de atuação dessa instituição, voltemos a 1184, quando as contestações à igreja, na Europa ocidental, forçaram o Concílio de Verona a enviar alguns bispos – intitulados Inquisidores Ordinários – para visitarem as paróquias suspeitas de heresia. Essa caça aos nomeados hereges só se tornou possível devido o apoio do Estado que, na época, era unido à Igreja. Todavia, nem mesmo as cruzadas religiosas nos séculos XII e XIII foram suficientes para impedir que os cátaros e os albigenses do sul da França constituíssem uma espécie de igreja contra a Igreja de Roma, o que levou a Santa Sé a tomar sérias medidas. Foi nesse momento que o papa Gregório IX criou a “Inquisição delegada”, composta por eclesiásticos que eram enviados aos lugares “infectos” por hereges.

A confrontaria “milícia de Jesus Cristo” surgiu em 1219, organizada pelo criador da ordem dos dominicanos, Domingos de Gusmão, e os seus milicianos foram os primeiros a utilizarem as técnicas cruéis que seriam copiadas posteriormente pela Inquisição moderna. Numerosas seitas foram criadas durante a Inquisição medieval que, apesar de penetrar em países da Europa oriental, permaneceu mais forte na Europa ocidental, principalmente no sudeste francês. Nesse período, que durou até o século XIV, comunidades inteiras foram dizimadas e milhares de indivíduos queimados.

Em 1474, Fernando e Isabel subiram ao trono e como para consolidar seu governo precisavam do apoio da Igreja e dos burgueses, eles criaram uma série de medidas restritivas



contra os judeus e conversos. Essa perseguição aos judeus, que até então possuíam posições de prestígio, exercendo cargos de médicos, filósofos, professores, etc., foi a principal característica da Inquisição moderna (XV-XIX). “Neste fato jaz a especificidade da Inquisição moderna. Seu móvel principal foram os judeus espanhóis convertidos ao catolicismo” (NOVINSKY, 1982, p. 31). Obrigados a escolher entre a conversão ao catolicismo e o exílio, muitos preferiram deixar a Espanha, milhares deles seguindo para Portugal.

A Inquisição iniciou mais tarde na colônia brasileira do que nas espanholas. O perigo das viagens e das doenças, além da hostilidade dos índios, desestimulava a vinda dos portugueses – que chegaram a acreditar que aqui fosse o purgatório terrestre –, tanto que a necessidade de povoar fez com que a política imigratória fosse tolerante. O Regimento trazido por Tomé de Souza era maleável, permitindo até mesmo a prática do judaísmo por alguns cristãos-novos. Foi apenas em 1580, quando Filipe II da Espanha incluiu Portugal em seus domínios e reforçou o Tribunal da Inquisição, que foi delegado poderes inquisitoriais ao bispo da Bahia, sendo que, anos depois, agentes inquisitoriais foram mandados ao Brasil para investigarem os suspeitos de heresia.

Devido às denúncias de que os cristãos-novos eram muito ricos e de que as heresias estavam por todo o Estado, em 1646 foi realizado um Auto de Inquirição. Muitos dos denunciados nas inquirições foram presos, alguns foram queimados, condenados ao cárcere e hábito penitencial perpétuo ou sentenciados a penas mais leves. Por não haver um Tribunal no Brasil, os presos pela Inquisição foram julgados em Lisboa, sendo que, no século XVIII, praticamente todos os cristãos-novos condenados na colônia eram brasileiros natos pertencentes a todas as camadas sociais, muitos deles, inclusive, faziam parte do clero.

Apesar dos conversos, ou cristãos-novos, terem sido a causa do estabelecimento da Inquisição na Espanha e em Portugal, o Tribunal também julgava outros tipos de crimes: sodomia, bigamia, blasfêmia, desacato, feitiçaria etc. Inúmeras mulheres acusadas de bruxaria foram queimadas nos autos-de-fé no decorrer dos séculos XVI a XVIII, em Portugal, sendo muitas delas oriundas do Brasil. Em seu livro *A inquisição* (1982), Anita Novinsky diz que segundo Cecil Roth, a Inquisição Portuguesa queimou 1808 pessoas (633 em efígie), e a Espanhola 31.912 (17.659 em efígie).

Sobre esse envio das bruxas à fogueira, Paola Zordan diz que,

Na maior parte das vezes as bruxas eram condenadas à morte, mas não bastava enterrá-las, pois se acreditava que tinham a capacidade de emergir



de dentro das sepulturas. [...] Por isso era necessário queimar seus corpos e lançar suas cinzas ao vento, para que, através das artes diabólicas, seu corpo não fosse capaz de se reconstituir. (ZORDAN, 2005, p.335).

É importante deixar claro que as acusações, mesmo sem provas sólidas, eram levadas a sério: “Em rigor, bastam dois testemunhos para condenar definitivamente em matéria de heresia” (EMÉRICO, 1972, p.24). O indivíduo denunciado raramente sabia o nome do seu delator e, quando lhe era permitido um advogado – não antes de negar os crimes e ser advertido três vezes de que deveria confessar a verdade –, este tinha que ser um funcionário do Tribunal escolhido pelos inquisidores.

Para ter chance de se salvar, o réu tinha que declarar-se culpado, cumprindo assim o chamado suicídio judicial – “uma alternativa ao suicídio totalmente auto-infligido, ao qual muitas bruxas recorriam enquanto na prisão” (LEVACK, 1988, p. 15). –, e acusar outras pessoas. Caso não acusasse todos os nomes mencionados em denúncias anteriores, a confissão era considerada incompleta e ele era levado à câmara de tortura, onde para escapar dos tormentos, muitas vezes, citava qualquer nome, arrependendo-se depois. “Os tormentos variavam. Em Lisboa se retalhavam as plantas dos pés dos réus, untavam-se de manteiga e em seguida os submetiam ao calor de um braseiro” (NOVINSKY, 1982, p. 60).

Antes de ser torturado, porém, o réu era examinado por um médico que dizia o quanto ele poderia suportar, e assinava um papel que confirmava que se tivesse membros quebrados ou aleijados, a culpa seria sua por ter escondido seus cúmplices. Depois da sentença, ele também assinava um documento intitulado “Termo de Segredo”, no qual se comprometia, sob pena de ser encarcerado novamente, nunca contar o que passara durante a sua prisão. Devido a tudo isso, a essa tortura que perdurou em Portugal até o século XVIII, não eram raros os casos de portugueses que enlouqueciam ou se matavam na prisão.

O número de julgamentos por bruxaria na Europa começou a diminuir em todo o continente na segunda metade do século XVII, possivelmente devido à conclusão de que inocentes foram condenados, às mudanças nas condições sociais, econômicas e religiosas, à modificação na mentalidade das elites, que desenvolveu um pensamento mais crítico, e no sistema judicial.

Houve três importantes circunstâncias judiciais e legais que contribuíram para o declínio da bruxaria: (1) a exigência de evidências convincentes no que tange ao *maleficium* e ao pacto; (2) a adoção de regras mais rigorosas para o uso da tortura; e (3) a promulgação de decretos restringindo ou eliminando os julgamentos por bruxaria. (LEVACK, 1988, p.230).



Observando vários dos procedimentos da Inquisição, percebemos que alguns deles, como a perseguição aos hereges, a exclusão e a violência estão presentes no conto *A feiticeira*, narrado pelo velho Estêvão e que traz a história do delegado Antônio de Sousa e da tapuia Maria Mucoim.

Antônio de Sousa era um jovem que não acreditava em almas de outro mundo, santos, milagres, feiticeiras, crendices ou qualquer coisa de natureza supersticiosa. No ano de 1873, em uma época pós-cabanagem e período regencial, um assassinato o levou ao Paranamiri de cima. “Realizada a prisão do criminoso, a convite do Ribeiro, que é o maior fazendeiro do Paranamiri, resolveu o tenente delegado lá passar alguns dias, a fim de conhecer, disse ele, a vida íntima do lavrador da beira do rio” (SOUSA, 2005, p. 28). É durante esse tempo que acabou tendo conhecimento de Maria Mucoim, uma feiticeira de aparência horripilante, famosa e temida pelas redondezas. Quando ele a viu durante uma de suas caçadas junto a Ribeiro, decidiu que iria descobrir mais sobre ela. No dia seguinte, foi até a velha casa da feiticeira e tal como um inquisidor que pretende julgar e punir, ele a invadiu, agredindo Maria Mucoim que tentou impedi-lo de entrar em um dos cômodos.

Atacado pelos animais que se encontravam no quarto da tapuia, o jovem saiu correndo de volta a fazenda, certo de que durante o caminho era perseguido por “uma legião de seres misteriosos e horrendos” (SOUSA, 2005, p. 38). Assim que alcançou à propriedade, ardendo em febre, jogou-se sobre a rede da varanda, que ficava ao fundo do quarto, sem se preocupar sequer em trocar as roupas molhadas pela tempestade que caía do lado de fora. “De repente, ouviu um leve ruído por baixo da rede e despertou da espécie de letargo em que caíra” (SOUSA, 2005, p. 39), percebendo que seu aposento se encontrava alagado.

O Paranamiri transbordou, obrigando o delegado a fugir. Sem encontrar Ribeiro e sua família, ele se pôs a nadar. Quando suas forças estavam prestes a acabar, Sousa enxergou uma canoa se aproximando. Quem estava dentro dela era Maria Mucoim, que “fitava-o com os olhos amortecidos, e aquele olhar sem luz, que lhe queria transpassar o coração...” (SOUSA, 2005, p. 40).

Depois desse resumo que situa o leitor, passamos a comentar as semelhanças de alguns aspectos do conto com algumas estruturas inquisitoriais. Um fato interessante para observamos logo no começo é o de Maria Mucoim ser descrita como uma mulher de aparência assustadora, mais precisamente como



[...] uma velhinha magra, alquebrada, com uns olhos pequenos, de olhar sinistro, as maçãs do rosto muito salientes, a boca negra, que, quando se abria num sorriso horroroso, deixava ver um dente, um só! comprido e escuro. A cara cor de cobre, os cabelos amarelados presos ao alto da cabeça por um *trepá-moleque* de tartaruga tinham um aspecto medonho que não consigo descrever. (SOUSA, 2005, p. 29).

Neste trecho, além de ser claro o desprezo que o narrador sente pela bruxa-tapuia, é possível vermos como a personagem, por ser uma feiticeira, possui uma imagem tenebrosa, imagem esta, que foi degradada devido à influência do cristianismo, que se preocupava em denegrir e diminuir a mulher sempre que possível, ainda mais se ela fosse suspeita de bruxaria ou feitiçaria, a fim de firmar a supremacia do homem sobre ela.

Sendo essa figura caricata, Maria Mucoim ainda carrega outras características que fazem parte do estereótipo de bruxa construído pela Inquisição. Há uma passagem no conto que pode ser interpretada como uma possível relação amorosa entre Mucoim e o padre, emergindo, assim, a caricatura da tapuia, ou da índia sexualizada: característica tão comum também às bruxas e feiticeiras.

A Maria Mucoim, segundo dizem as más línguas [...], fora outrora caseira do defunto padre João, vigário de Óbidos. Depois que reverendo foi dar contas a Deus do que fizera cá no mundo (e severas devem ser, segundo se dizia), a tapuia retirou-se para o Paranamiri, onde, em vez de cogitar purgar os seus grandes pecados, começou a exercer o hediondo ofício que sabeis, naturalmente pela certeza de já estar condenada em vida. (SOUSA, 2005, p. 29-30).

Até mesmo a religiosidade de Mucoim é questionada, como se ela não fosse realmente cristã e na verdade tentasse se passar por católica: “A feiticeira trazia ao pescoço um cordão sujo, de onde pendiam numerosos bentinhas, falsos, já se vê, com que procurava enganar ao próximo, para ocultar a sua verdadeira natureza” (SOUSA, 2005, p. 29).

A transformação das feiticeiras em animais também é explorada pelo autor: “Pessoas respeitáveis afirmaram-me ter visto a tapuia transformada em pata, quando é indubitável que a Mucoim jamais criou aves dessa espécie” (SOUSA, 2005, p. 30). Inglês de Sousa é minucioso em suas alusões à Inquisição, e o sabá, tão associado às bruxas, não deixa de ser citado no conto, em um pequeno trecho onde há menção a alguns elementos comumente relacionados a esse ritual – a dança e a presença do diabo em forma animal: “Já ouve quem visse, ao clarão de um grande incêndio que iluminava a tapera, a Maria Mucoim dançando sobre a cumeeira danças diabólicas, abraçada a um bode negro, coberto com um chapéu de três bicos, tal qual como ultimamente usava o defunto padre” (SOUSA, 2005, p. 33-34).



No livro *A caça às bruxas na Europa Moderna*, Levack afirma que a crença nessas reuniões de bruxas foi de extrema importância para a grande perseguição a elas, pois “Assim como a crença no pacto tornou imperativo o julgamento das bruxas, também a crença nos encontros noturnos das bruxas levou as autoridades europeias a procurarem pelos seus cúmplices” (1998, p. 36).

Com quase nenhuma fala, Mucoim retrata as mulheres que foram silenciadas durante a Inquisição, tendo seus discursos sempre interpretados como histéricos, como as palavras de uma louca. Ela é a possuidora de um olhar poderoso e marcante, é a feiticeira do interior que se encontra em lugares distantes.

Segundo o *Malleus Maleficarum*, o olhar é capaz de assustar devido a um fenômeno natural, no qual os olhos transparecem o espírito perturbado; ou então, por ser inspirado pela malícia do diabo por causa do pacto firmado com ele. Já o *Diccionario de los símbolos* (1986) traz a informação de que o olhar é um símbolo e instrumento de uma revelação, reflete a alma de quem olha e de quem é olhado; ele está carregado de todas as paixões da alma e dotado de um poder mágico que o confere uma terrível eficácia.

Relacionado ao fato da feiticeira viver em lugares ermos, no livro *Dicionário de mitos literários*, Pierre Brunel diz que, apesar de ser retratada como solitária, “A feiticeira tem aliados, particularmente no mundo dos vivos, cúmplices seus, usados como intermediários. Quase sempre um animal [...]” (2000, p. 354) e estes, segundo Margaret Murray, se dividem em duas categorias: domésticos ou divinatórios. O animal doméstico seria algum animal pequeno que vive com a bruxa e executa certos trabalhos mágicos para ela: um cachorro, um gato, um rato etc. Já o comparsa divinatório – Margaret cita o cavalo, veado, corvo e o pombo selvagem – possuiria um papel de mediador profético, é por intermédio dele que a feiticeira formularia seus vaticínios.

Quando adentra o quarto de Maria Mucoim, o delegado Sousa avista

Ao fundo, uma rede rota e suja; a um canto, um montão de ossos humanos; pousada nos punhos da rede, uma coruja, branca como algodão, parecia dormir; e ao pé dela, um gato preto descansava numa cama de palhas de milho. Sobre um banco rústico, estavam várias painéis de forma estranha, e das traves do teto pendiam cumbucas rachadas, donde escorria um líquido vermelho parecendo sangue. Um enorme urubu, preso por uma embira ao esteio central do quarto, tentava picar a um grande bode, preto e barbado, que passeava solto, como se fora o dono da casa. (SOUSA, 2005, p. 36).



Pesquisando a simbologia desses elementos, descobre-se que o osso simboliza a firmeza, a força e a virtude, seria a essência da criação, materialização da vida. O sangue, considerado universalmente o veículo da vida, simboliza o calor vital e corporal, seria o veículo das paixões e da alma. Os bichos, por outro lado, pelo menos em algum lugar ou momento, são vistos como algo negativo. O bode, além de ser um símbolo de maldição, um animal impuro e possuidor de força mágica, era apontado na Idade Média como a transmutação do diabo. Já a coruja é um símbolo de tristeza, obscuridade, solidão e melancolia, uma mensageira da morte. O gato, tão usado nos feitiços relatados no livro *São Cipriano, o Bruxo – capa preta* (2017), e tão ligado a ideia popular de feitiçaria, pode ser considerado um animal de mau-agouro, sendo o gato totalmente preto detentor de qualidades mágicas. O urubu, tanto no Brasil como entre os maias, é um símbolo que remete à doença ou morte.

Esses animais, ou aliados, de Maria Mucoim, desempenham um papel importantíssimo na história, pois atacam o delegado Sousa e o assustam. Um questionamento relevante a se fazer, é o que teria acontecido caso os bichos não o tivessem atacado. O que será que Antônio de Sousa teria feito? Até onde ele teria ido para descobrir se a velha tapuia era uma feiticeira ou não? Será que a teria torturado como era feito na Inquisição?

Outro ponto que não pode ser deixado de lado são as acusações sem evidências. Assim como na Inquisição não eram raras as acusações de crimes contra a fé ou contra os costumes e moral que eram levadas a sério mesmo sem apresentarem provas, as práticas de feitiçaria de Maria Mucoim eram todas tidas como verdadeiras somente por causa da declaração de alguém: “Numa palhoça miserável, na narrativa de pessoas dignas de toda a consideração, se passavam as cenas estranhas que firmaram a reputação da antiga caseira do vigário” (SOUSA, 2005, p. 33).

Sendo o motor da Inquisição, a influência da religião católica sobre as pessoas é mostrada diversas vezes ao longo do conto e do livro, por intermédio de evocações, diálogos ou da própria narrativa. Até mesmo a personagem do delegado Sousa, que é descrito como cético, quando se vê em apuros na casa da feiticeira deixa escapar um “Jesus, Maria!” (SOUSA, 2005, p. 37).

O conto de Inglês de Sousa termina com a ambígua cena de uma enchente, na qual nós, leitores, perguntamo-nos se é resultado de um desastre natural, de um feitiço de Maria Mucoim ou de uma alucinação decorrente do estado febril do delegado: “Um espetáculo



assombroso ofereceu-lhe à vista. O Paranamiri transbordava. O sítio do Ribeiro estava completamente inundado, e a casa começava a sê-lo” (SOUSA, 2005, p. 39).

Tal ocorrido ganha ainda mais significado quando analisamos, por meio do *Diccionario de los símbolos*, o elemento água, o qual é o símbolo de vida e da morte, criadora e destruidora, além de poder envolver uma força maldita que castiga pecadores; ou ainda, quando relacionamos Maria Mucoim com a figura mitológica de Caronte, responsável, de acordo com a cultura greco-romana, por fazer em uma barca a travessia das almas dos mortos pelo rio Aqueronte.

O fato de Maria Mucoim ser uma tapuia a torna duplamente vítima de preconceito, pois a coloca próxima aos cultos pagãos ameríndios, os quais veem o sagrado tanto nas plantas como nos animais. Essa característica também se mostra interessante quando se tem em consideração que os índios foram demonizados desde o “descobrimento”.

O imaginário dos europeus em relação às terras longínquas foi se modificando com as navegações, a ideia de que as regiões distantes eram repletas de criaturas monstruosas sofreram alterações, metamorfoseando os homens selvagens que as habitavam em monstros: “Através dos descobrimentos, pois, os monstros não cederam lugar aos homens selvagens, mas acrescentaram-se a eles” (SOUZA, 2009, p.76). Devido às diferenças dos índios, inicialmente, eles foram vistos como outra humanidade, uma humanidade anti-humana repleta de pecados como a preguiça, incesto, poligamia, nudez, cobiça, paganismo, canibalismo.

É com a carta de Caminha que surge a imagem dos indígenas como animais, pois para o português eles não eram mais do que isso: gente bestial e de pouco saber, mas limpa e saudável.

Com o passar do tempo, ocorre a demonização desses povos, assim como a do próprio Brasil: “Dizia frei Vicente que o demônio perdera o controle sobre a Europa – cristianizada durante toda a Alta Idade Média – e se instalara, vitorioso, na outra banda da terra – a América e, no texto da epígrafe, mais especificamente no Brasil” (SOUZA, 2009, p.94).

Apesar de verem os costumes ameríndios como diabólicos, é importante saber que os portugueses não os consideravam idólatras, dado que para eles os índios não possuíam religião, tanto que, eram incapazes de pronunciar as letras f, l e r porque não tinham fé, lei e rei.



Vainfas, em sua obra *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*, discorre sobre os índios que viviam em Jaguaripe no período da colonização e afirma que a idolatria ameríndia vai além do domínio meramente religioso, ela é uma forma de resistência:

Basta examinar a vastíssima bibliografia sobre as idolatrias no mundo hispano-americano para se perceber, com nitidez, esta dupla dimensão histórica da idolatria na situação colonial: exprimia, de um lado, a rejeição do europeu pela religiosidade e a cultura indígena, justificando as ações persecutórias da Igreja e do Estado; expressava, de outro lado, o obstinado apego dos povos ameríndios às suas tradições e crenças, quando não projetavam uma revanche contra o invasor estrangeiro. (VAINFAS, 1995, p. 31).

O autor ainda cita Nóbrega, que descreve a cerimônia religiosa indígena conhecida como santidade. Nóbrega diz que, de certo em certo tempo, um feiticeiro (como chama o índio profeta), aparece na tribo, recebido com festas, e diz aos outros “que não curem de trabalhar, nem vão à roça, que o mantimento por si crescerá, e que nunca lhes faltará o que comer, e que por si virá à casa, [...] e promete-lhes longa vida [...]” (NÓBREGA apud VAINFAS, 1995, p. 52). E depois,

Acabando de falar o feiticeiro começam a tremer, principalmente as mulheres, com grandes tremores em seu corpo, *que parecem demoinhadas (como certo o são)*, deitando-se em terra, e escumando pelas bocas, e nisto lhes persuade o feiticeiro que lhes entra a santidade, e a quem isto não faz tem-lho a mal. (NÓBREGA apud VAINFAS, 1995, p. 52-53, grifo nosso).

Finalmente, após a leitura e análise do conto *A feiticeira*, podemos observar que a narrativa, por meio de um imaginário fantástico carregado de credices, é uma possível alegoria da Inquisição portuguesa. Nesse conto, Inglês de Sousa, além de mostrar um pouco sobre a sociedade da região amazônica do século XIX, revela como os resquícios da Inquisição ainda reverberam na sociedade. Verificamos a partir do resumo e de passagens do conto que a personagem Maria Mucoim é, possivelmente, a representação da feiticeira perseguida e temida por todos, enquanto o delegado Sousa, com suas atitudes agressivas e autoritárias pode ser a representação do inquisidor que tenta livrar a sociedade dos hereges.

Aliás, essa limpeza ideológica e étnica, iniciada com a Inquisição e revitalizada pelo Nazismo no século XX, são problemas complexos enfrentados hoje no Brasil pelas minorias indígenas, e pelos adeptos de religiões de matriz africana. Eles são os hereges do mundo contemporâneo. Resta torcermos para que o olhar firme e iluminado das Marias Mucoins



intimide os inquisidores reacionários, levando-os à uma reflexão mais elaborada da natureza e de seus mistérios.

REFERÊNCIAS

- BRUNEL, Pierre. As Feiticeiras. In: **Dicionário de mitos literários**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 2000. p. 348-361.
- CAMARANI, Ana Luiza Silva. **A literatura fantástica: caminhos teóricos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Diccionario de los símbolos**. Barcelona: Editorial Herder, 1986.
- DELUMEAU, Jean. Os agentes de Satã III. A mulher. In: **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 310-349.
- EMÉRICO, Nicolau. **O manual dos inquisidores**. Lisboa: Edições Afrodite, 1972.
- FREITAS, Dionne Seabra de. **Fantástico e imaginário em contos de Inglês de Sousa**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Letras.
- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras**. 2ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.
- LEVACK, Brian P. **A caça às bruxas na Europa Moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **Bruxaria e História: as Práticas Mágicas no ocidente Cristão**. São Paulo: Ática, 1991.
- NOVINSKY, Anita. **A inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- São Cipriano, o Bruxo**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- SOUSA, Inglês de. **Contos amazônicos**. 3ª ed. Edição preparada por Sylvia Paixão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ZORDAN, Paola Basso Menna Barreto Gomes. **Bruxas: figuras de poder**. In: Revista Estudos Feministas. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200500020007/7827>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2019.